

# DEPOIMENTO DE THOMAS MAACK SOBRE A REPRESSÃO NA FACULDADE DE MEDICINA DA USP NO PERÍODO INICIAL DITADURA EM 1964

New York, 14 de abril de 2015

## **A) Considerações Gerais**

O golpe de 31 de Março de 1964 , que iniciou-se como um regime de exceção civil-militar e se transformou rapidamente em ditadura militar plena, atingiu profundamente a Universidade de São Paulo e entre as suas Faculdades nenhuma foi mais afetada do que a de Medicina (FMUSP), a assim chamada Casa de Arnaldo. As sequelas do golpe em 1964 , se bem que muito menos brutais do que as que seguiram o Ato Institucional nº 5 em 1968 são particularmente pertinentes para o período presente quando mais uma vez, à semelhança do período que precedeu o golpe de 1964, se pregam medidas inconstitucionais para resolver problemas político- econômicos do país , ameaçando a continuidade do regime democrático. O golpe de 1964 foi o começo de um processo que levaria à permanência inevitável da ditadura e, se a história se repete, é importante considerar os começos, pois estes talvez possam ser evitados.

Apesar da FMUSP ter sido a mais atingida das Faculdades da USP em 1964 , a repressão nessa faculdade teve um caráter muito local, oriundo da extremo corporativismo do poder (Administração e Congregação de catedráticos) na Casa de Arnaldo. Nisso ela difere da administração superior da USP que além de favorecer o corporativismo local das faculdades foi parte integral da ditadura ao nível nacional e estadual. A administração

central da USP também estabeleceu o modelo de inquisição interna nas suas faculdades e com os seus aliados militares foi autora intelectual de medidas ao nível estadual e nacional que levaram a assassinatos, tortura, perda de emprego e aposentadorias forçadas (e.g. o Ato Institucional nº 5, foi formulado pelo Reitor da USP Gama e Silva quando Ministro da Justiça da ditadura) Sob o ponto de vista puramente acadêmico os Gama e Silva , os Buzaid, e outros que assumiram a direção da USP durante a ditadura eram pigmeus intelectuais comparados com os que eles expulsaram da USP como Uchôa Cintra, Helio Lourenço e outros. A consequência foi que a USP como universidade deteriorou significativamente nesse período. As ações nefastas da direção da USP durante a ditadura foram descritas anteriormente no estudo da ADUSP <sup>1</sup>

Até o presente a administração superior da USP nunca reconheceu o papel dos seus antecessores e nunca pediu desculpas pela enormes danos que causou durante o período ditatorial não só para a USP mas para o país. Ao contrário, a FMUSP oficialmente o fez, ,reconduzindo os expurgados da ditadura ao seu seio como Professores Eméritos em 2010, na gestão do Diretor Marcos Boulos, por voto unanime de sua Congregação.

Nesse depoimento, refiro-me a minha experiência pessoal no período imediatamente após o golpe na FMUSP para exemplificar como a administração e diversos catedráticos da FMUSP usaram a ditadura para os seus próprios fins pessoais de se manter no poder. Já dei o meu depoimento - ambos escrito e oral - para Comissão Nacional da Verdade em entrevistas dirigidas por Denise de Assis e Gloria Mezzarobba . Também escrevi extensamente em forma de ensaio sobre a minha experiência na FMUSP em 1964

em artigo publicado pela Revista da USP<sup>2</sup> . Além disso dei entrevistas para a Revista Pesquisa da FAPESP<sup>3</sup>, e entrevistas em videos<sup>4,5</sup>

## **Prisão**

Em 1964 era Auxiliar de Ensino no Departamento de Fisiologia dirigido pelo Professor Alberto Carvalho da Silva. Em 8 de junho daquele ano fui preso por dois membros do DOPS e um militar a paisana em meu laboratório. A maior parte de meus seis e meio meses de prisão, quatro dos quais teoricamente em incomunicabilidade absoluta, foi no navio-prisão "Raul Soares", ancorado à pequena distancia de um cais do porto na cidade de Santos. Minha esposa e minha família não sabiam onde eu estava. A incomunicabilidade absoluta foi quebrada na pratica porque eu tratava de meus companheiros de prisão ( e as vezes também dos meus carcereiros) em emergências médicas. A minha família acabou se inteirando de onde eu estava preso através de uma comunicação não oficial de um policial do navio.

Quando fui preso me levaram inicialmente para o DOPS de São Paulo, onde fiquei sem ser interrogado por algumas horas. Do Dops fui levado para o Quartel Militar de Quitaúna, a sede do IPM dirigido pelo Coronel Sebastião Alvim. Em Quitaúna fiquei preso incomunicável for cerca de duas semanas e submetido a interrogatórios intensos e prolongados, de dia e de noite, constantemente ameaçado com a prisão da minha esposa, constantemente ameaçado por um capitão membro do IPM cujo prazer sádico era apontar o seu revolver um em minha direção durante os interrogatórios e usar linguagem

abusiva. Também era constantemente ameaçado de ser mandado de volta para o DOPS para ser torturado fisicamente. Em um dos interrogatórios em Quitaúna, tarde da noite, trouxeram membros do DOPS que me deram bofetadas e apertavam a minha aliança contra o meu dedo (deformou permanentemente minha aliança) até que o coronel Alvim deu sinal para eles pararem. Foi simplesmente uma ameaça, um aperitivo para eu me inteirar do que aconteceria se me mandassem de volta para o DOPS. Ainda em Quitaúna o Coronel Sebastião Alvim foi o de requerer ao governo federal o cancelamento do meu processo de naturalização de cidadania brasileira. Mais tarde, não sei quando exatamente, um processo da minha expulsão do país foi instaurado, processo que sómente foi cancelado em 1978 pelo Presidente Geisel.

Na segunda metade de junho não sei exatamente a data, fui transferido para o navio-prisão "Raul Soares" onde fiquei até a sua desativação em 23 de outubro de 1964. Fui então transferido para uma prisão comum em Santos – O Palácio da Polícia – onde fiquei preso até 15 de dezembro quando fui liberado por um *habeas corpus* do Supremo Tribunal. Os interrogatórios continuaram no navio mas num nível menos intenso. Eu também estava sendo submetido a outro IPM, específico para a FMUSP, comandado pelo Coronel Ênio Pinheiro. O Coronel Pinheiro me interrogou uma única vez no navio. Os dois IPMs (Alvim e Pinheiro) quando foram levados a julgamento (eu já estava refugiado nos EUA) resultaram em nossa absolvição pela 2ª Auditoria de Guerra de São Paulo. Isso não impediu todavia que o exército continuasse a solicitar minha prisão preventiva, iniciasse um processo para a minha expulsão do país e anulasse o meu pedido de naturalização. Isso me obrigou a sair do país, já que a nossa liberdade, minha e de minha

esposa Isa, e talvez a nossa própria vida estavam em perigo.

É difícil precisar exatamente quais atividades contra a ditadura levaram à minha prolongada prisão. A minha foi a mais longa das prisões (8 de junho a 15 de dezembro) de docentes universitários em São Paulo em 1964. Eu tinha atividade política dentro e fora da FMUSP, aonde fui estudante e docente. É interessante lembrar que após o golpe 1964, estudantes e docentes fizeram uma assembléia e "ocuparam" a FMUSP na Avenida Dr. Arnaldo como um ato de resistência passiva ao golpe. Nós só desocupamos o prédio cerca de uma semana depois quando as forças de resistência de Brizola no sul do país depuseram as armas. Apesar de não fazer parte da organização desse ato de resistência, um tanto quixotesca, eu fui um participante ativo. Essa foi certamente uma das razões da minha prisão. Mas os meus colegas que também participaram dessa ação contra a ditadura foram presos por tempo bem mais curto ou não foram presos.

Antes de 1964 por alguns anos militei numa organização trotskista. Esse foi o outro motivo da minha prisão e a atividade central do IPM dirigido pelo Coronel Sebastião Alvim. Todavia, eu já tinha rompido com a organização trotskista antes do golpe de 1964. Finalmente, independente da minha atividade política, as delações por parte de catedráticos e administração e uns poucos docentes e funcionários tiveram um papel importante na prisão de diversos docentes da FMUSP, inclusive na minha. Desconfio que a duração mais longa da minha prisão foi motivada principalmente por :

- 1) recusar-me a dar qualquer nome de pessoas que conhecia que estavam envolvidas antes ou depois do golpe em atividade política; 2) ter o exército – ou mais precisamente o

coronel Sebastião Alvim , erroneamente concluído que eu estava envolvido em arregimentar membros do exército (principalmente sargentos) contra a ditadura. Esse não era o caso. Apesar de eu conhecer alguns sargentos antes de 1964 quando ainda militava no movimento trotskista, eu não tive papel nenhum nesse sentido. O IPM do exército estava tão ansioso de provar que eu estava envolvido com membros das forças armadas que disseram que encontraram em meu apartamento uma bala de arma de exército, o que certamente não é verdade, pois nunca tive em minhas mãos arma de espécie alguma. O Juiz da Auditoria Militar de São Paulo, José Tinoco, não aceitou a alegação e me inocentou das acusações.

### **Expulsão da FMUSP**

Em 10 de outubro de 1964, juntamente com seis membros do corpo docente (Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Pedro Henrique Saldanha, Julio Puddles, Erney Felício Plessman Camargo, Reynaldo Chiaverini e Luiz Rey) fui demitido da FMUSP por decreto do então governador Adhemar de Barros, um dos baluartes civis do golpe militar. A ligação política entre esses docentes é que todos nós éramos em favor da reforma universitária para modernizar a pesquisa, o ensino e a administração na FMUSP , na USP e na universidade brasileira em geral. Os nomes foram submetidos ao governador pela direção da FMUSP (veja a publicação da ADUSP<sup>1</sup>). Juntamente com 11 docentes da FMUSP fui indiciado e processado perante a 2ª Auditoria de Guerra. Fomos todos absolvidos a pedido do próprio promotor. Também fui absolvido, na mesma auditoria de guerra, das acusações do IPM do

Coronel Alvim. Nesse caso o promotor não só pediu uma longa sentença mas recorreu do veredicto. O Supremo Tribunal Militar confirmou minha absolvição porque, como os juízes da 2ª Auditoria de Guerra, chegou à conclusão de que não havia suficiente horas num dia para fazer todas as coisas de que eu era acusado. Esses julgamentos ocorreram quando eu já estava fora do país.

## **Nos Estados Unidos**

A saída do país junto com minha esposa e uma filha, Marisa, de 1,5 ano de idade foi com o apoio de um movimento subterrâneo que ajudava pessoas ameaçadas pela ditadura a sair do país. Minha esposa Isa fez todos os arranjos para isso antes de eu ter sido liberado. Mauricio Segall, com grande perigo para a sua pessoa, nos levou de São Paulo a Curitiba e o movimento subterrâneo de Curitiba arrumou nossos papeis e a viagem de Curitiba a Assunção no Paraguai e de Assunção a New York, onde deveríamos pegar um avião para o Canadá, o país que tínhamos escolhidos para o nosso exílio.

Quando chegamos a New York, amigos nos aconselharam a não ir ao Canadá porque estava muito difícil obter um cargo acadêmico naquele país. Decidimos então ir para Syracuse no Estado de New York, onde eu tinha tia e primos para deixar a minha esposa e filha enquanto eu iria procurar emprego. Decidi visitar primeiro a Faculdade de Medicina em Syracuse para ver se tinha algum emprego no Departamento de Fisiologia. Por incrível sorte lá encontrei William B Kinter, um renomado cientista de função renal, que eu tinha conhecido anteriormente num Congresso Internacional de

Fisiologia em Buenos Aires em 1959 quando ainda estudante de medicina na FMUSP. Na base de meus trabalhos realizados quando ainda era estudante na FMUSP<sup>6</sup> sob orientação do Prof. Michel Rabinovitch e de sua carta de recomendação, William Kinter me ofereceu emprego de pós-doutoramento em seu laboratório. William Kinter foi um homem maravilhoso. Tinha uma honestidade pessoal e profissional absoluta. Quando lhe contei que perdi as anotações dos meus dados científicos das experiências realizadas na FMUSP, porque o exército se apossou dos meus cadernos de anotações científicas<sup>7</sup> ele retrucou: “Você pode ficar chorando as mágoas sobre isso ou você pode tentar reconstituir as suas experiências. Eu lhe dou seis meses para fazer isso aqui no meu laboratório.” Assim eu o fiz e a publicação do artigo resultante<sup>8</sup> teve um excelente impacto e representou o início do meu prestígio como pesquisador em fisiologia e endocrinologia cardiovascular e renal nos Estados Unidos.

Ficamos quatro anos em Syracuse onde também recebi o prestigioso Advanced Research Fellowship da American Heart Association e fui promovido a Professor Assistente. Isa fez a pós-graduação em história na Universidade de Syracuse, onde obteve o seu mestrado em História. Tivemos mais uma filha, Marcia, que nasceu em outubro de 1965 em Syracuse. Em 1969 fui recrutado pela Faculdade de Medicina da Cornell University (WCMC) na cidade de New York, uma das escolas médicas mais prestigiosas dos EUA. Toda minha carreira profissional subsequente foi feita na escola médica da Cornell. Em 1977 fui promovido a Professor Titular de Fisiologia no Departamento de Fisiologia e Biofísica e mais tarde também a Professor Titular de Fisiologia no Departamento de Medicina. Isa que tinha obtido o seu mestrado em História na



Universidade de Syracuse obteve um emprego acadêmico como Professora no Essex Community College em Newark, New Jersey e também subiu na escala acadêmica à Professora Titular no Departamento de Humanidades. Em 2010 me tornei Professor Emérito de Fisiologia no WCMC, mas ainda continuo ativo principalmente envolvido com ensino e reforma de currículos médicos nos EUA, Qatar, Tanzania, e no Brasil. Isa se aposentou em 2008. Meu trabalho de pesquisa durante esses anos foi centrado nos mecanismo de transporte e metabolismo renal de proteínas e peptídeos hormonais e na elidação da estrutura química e funções dos peptídeos atriais e seus receptores. Tenho mais de 100 publicações em revistas científicas que receberam mais de 7.000 citações de acordo com o Science Citation Index –ISI.) Cerca de 10 médicos -cientistas brasileiros estagiaram em meu laboratório na Cornell. Nos últimos dez anos dediquei-me à educação médica servindo de 1997-2008 de presidente do comitê que supervisiona a educação básica na WCMC. Também servi de consultor em educação médica em diversas escolas médicas no Brasil, inclusive na FCM da Unicamp, FMUSP, Escola Paulista de Medicina e outras <sup>10</sup>

Devido à remoção do meu processo de naturalização brasileira e ao processo de minha expulsão do país não pude voltar ao Brasil até 1979, com a anistia. Isa voltou pela primeira vez em 1975 e teve o seu passaporte retido pelo DOPS até o último momento da viagem de volta para os Estados Unidos. Em 1979-80 ficamos um ano no Brasil na esperança de organizar a nossa volta permanente. Todavia como nada nos foi oferecido profissionalmente condigno com as posições que tínhamos nos Estados Unidos, desistimos de voltar para o Brasil de forma permanente. Minhas filhas Marisa e Marcia cresceram nos EUA e fazem as suas vidas de adultas aqui. Marisa, formada em ciências

sociais, é chefe de gabinete de uma vereadora de New York, pertencente as ala progressista do Partido Democrata. Tem dois filhos, Marcelo, 18 anos, e Lucas, 15 anos. Marcia, formada advogada, é diretora do departamento pro-buono (atendimento gratuito) de uma firma de advocacia de âmbito internacional. Os adultos da família são ativos politicamente de forma apartidária nos grandes movimentos progressistas americanos de direitos civís, de liberação feminina e contra as guerras de intervenção dos Estados Unidos.

### **Estudante e Docente na FMUSP (1956-1964)**

Entrei na FMUSP em 1956 e formei-me médico em 1961. Como estudante dediquei-me desde o primeiro ano à pesquisa científica sob a orientação do Professor Michel Rabinovitch, no Departamento de Histologia e Embriologia da FMUSP. Dois artigos publicados em revistas internacionais de impacto resultaram desse trabalho<sup>6,11</sup>. Ao me formar recebi o Premio "Associação", concedido ao estudante de medicina que mais se destacou em pesquisa durante o curso médico. Além da minha formação como pesquisador, também obtive uma excelente formação clínica na FMUSP, o que muito me serviu quando em circunstâncias de emergência médica tive que atuar como médico para os meus companheiros de prisão no navio-prisão "Raul Soares". Em 2012, devido a essa minha atividade médica fui homenageado pela Câmara Municipal de Santos e pelos Sindicatos e Trabalhadores Unidos do Porto de Santos, onde me foi conferido o título de "Cidadão Portuário"

Como estudante até o ano de internato a minha militância política na esquerda era intensa mas exercida quase que totalmente fora da Faculdade: na União Estadual de Estudantes, na União Nacional de Estudantes, em sindicatos e junto a organizações políticas e partidárias. Na FMUSP fui co-editor do Jornal "O Bisturi" do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz e fazia parte da bancada do Centro Acadêmico em Congressos da UEE e da UNE. Do terceiro ao quinto ano da Faculdade militei intensamente numa organização trotskista (PORT), tendo rompido definitivamente minha associação com essa organização antes do golpe.

Durante o internato e depois como instrutor de ensino dediquei-me inteiramente a vida acadêmica em tempo integral. Inicialmente fui contratado como auxiliar de ensino (instrutor) no Departamento de Histologia e Embriologia cujo catedrático era Luiz Carlos Uchôa Junqueira. Em fins de 1962 fui demitido por razões políticas e pessoais por esse catedrático. Fui então contratado por Alberto Carvalho da Silva, na época chefe interino no Departamento de Fisiologia, onde permaneci até ser preso em 1964<sup>12</sup>

### **A FMUSP nas Décadas de 1950-60** <sup>13</sup>

Para os que não conheciam a FMUSP nos anos 60 é difícil entender até hoje o grau de repressão interna depois do golpe de 1964. Como documentado no estudo da ADUSP<sup>1</sup>, além dos sete docentes demitidos pelo decreto de Adhemar de Barros, 16 foram indiciados no inquérito policial-militar (IPM) instaurado para apurar as atividades "subversivas" na FMUSP, 11 dos quais foram levados à julgamento; dezenas constavam de listas secretas de delação. O poder da FMUSP também teve um papel importante nos expurgos mais restritos

em outras Faculdades da USP através de Jerônimo Gilberto Campos Freire, catedrático de Urologia, membro da comissão tríplice da USP que dirigiu o expurgo interno na Universidade em 1964 seguindo ordens do Reitor Gama e Silva. O Estudo da ADUSP<sup>1</sup> argumenta que o extenso expurgo na FMUSP tinha como possível objetivo eliminar a base do Reitor Ulhôa Cintra. É mais provável que a explicação resida na composição particular do poder na FMUSP em torno de 1964. Mais do que em qualquer outra das Faculdades da USP, um pequeno grupo social fechado dominava as cátedras e a direção da FMUSP. Até 1964 esse grupo não tinha perdido um único concurso de cátedra e preparava sua entourage e seus descendentes - filhos, genros, sobrinhos - para a continuação do poder.

Com exceções importantes, o grupo era profissionalmente medíocre e incapaz de se adaptar à modernização da medicina e das ciências biomédicas na década dos 60. Por isso, agarravam-se com unhas e dentes ao poder e à cátedra vitalícia. A reforma universitária, era para eles uma sentença de morte. Daí a violência verbal, a falta de caráter, a falta de dignidade e ética com que conduziram os expurgos na FMUSP.

Em fins de 1950, esse grupo social fechado estava minguando-se numericamente e os escalões intermediários de docentes eram compostos de muitos elementos dinâmicos, atualizados e dispostos a modernizar a FMUSP. Mesmo em condições favoráveis - e as condições não o eram em torno de 1964 - um círculo social restrito precisa de quadros para se perpetuar no poder. Entretanto, numa cidade de imigrantes como São Paulo, era difícil evitar a miscigenação; numa época de conscientização do controle de natalidade era difícil convencer as mulheres a servirem simplesmente de fonte de procriação intensiva; numa idade

de rebeldia era difícil convencer os filhos a seguirem os passos do pai. Em março de 1964, antes do golpe, o grupo no poder da FMUSP ainda conseguiu recrutar um aliado - Demóstenes Orsini - para se opor a Alberto Carvalho da Silva (um dos líderes do movimento pela modernização da FMUSP e da reforma universitária), no concurso para a cátedra de Fisiologia. Perderam o concurso. Já no concurso de cátedra seguinte, o de Bioquímica, não conseguiram sequer recrutar um candidato para se opor a Isaías Raw, também um líder do movimento de reforma. A perspectiva para os concursos seguintes não era das mais animadoras.

A mediocridade da maioria dos catedráticos da FMUSP contrastava com um dinâmico e competente escalão intermediário de docentes. A FMUSP era de fato o melhor centro médico da América Latina, a melhor escola médica e uma das melhores instituições acadêmicas e científicas do país. Em cada departamento havia pelo menos um e, frequentemente, diversos docentes que nos orientavam nos caminhos do que havia de melhor em suas especialidades. A dedicação e o conhecimento desses docentes é para mim inesquecível. Além disso, o corpo discente era de qualidade excepcional. Os meus colegas de classe na FMUSP nada deixavam a dever aos meus estudantes atuais na Cornell, uma das escolas médicas mais seletivas dos EUA. Essa contradição entre um corpo de catedráticos, em sua maioria academicamente retrógrado, e um corpo docente e discente que congregava o que havia de mais competente no campo das ciências médicas do país teria que se resolver de uma forma ou outra.

Em 1964 o grupo social fechado que dominava a FMUSP sabia que estava a beira de perder para sempre o seu domínio na FMUSP - 31 de março propiciou-lhe o último sopro de vida. Aproveitando-se do golpe militar deslançou uma intensa e infelizmente, bem sucedida campanha de repressão e intimidação interna cuja intensidade, ao que eu saiba, não teve paralelo nas demais escolas da universidade brasileira na época.

Não era necessário eliminar todos os reformistas , muitos permaneceram depois de 1964. Bastava a intimidação, o isolamento, a desmoralização para neutralizá-los como força política interna. A demissão dos sete docentes pelo decreto de Adhemar de Barros, o indiciamento de dezesseis em processo policial-militar e as listas de delação tiveram essa função primária. Secundariamente as demissões e as listas também envolviam casos de vingança pessoal (e.g., meu caso) , inveja profissional (e.g. Luiz Hildebrando Pereira da Silva) , anti-semitismo (veja depoimento de Isaias Raw no estudo da ADUSP<sup>1</sup>). Essas arbitrariedades foram simplesmente uma arma na ação organizada da direita para manter o poder na Casa de Arnaldo nas mãos dos catedráticos. O poder eliminou da FMUSP os seus inimigos mais visíveis, mas também não ganhou. Em 1964 e 1968 fez na realidade uma política de "terra arrasada", expurgando, isolando ou intimidando o que havia de melhor, enquanto esperava a inevitabilidade de sua própria decadência.

### **Acusações e Ações Repressivas na FMUSP Após o Golpe**

O Diretor da FMUSP João Alves Meira e a Congregação de Catedráticos da FMUSP em 1964 (com a exceção dos Professores Isaias Raw e Alberto Carvalho da Silva que foram aposentados compulsoriamente pelo AI5 expurgados da FMUSP em 1968),

foram os mandantes dos crimes perpetrados contra os direitos civis dos sete docentes e um estudante expurgados da FMUSP pelo decreto de Adhemar de Barros.. O Diretor da Faculdade também abrigou em seu seio o IPM dirigido pelo Coronel Ênio Pinheiro. É importante contrastar essa sua ação com a do Diretor da Faculdade de Medicina da USP em Ribeirão Preto, Moura Conçalves, que proibiu a instituição do IPM dentro daquela faculdade quando requisitado afirmando que se um inquérito sobre subversão fosse ordenado que o fizessem fora da Faculdade.

Logo após o golpe a Congregação da FMUSP reuniu-se e votou com duas abstenções (Isaias Raw e Alberto Carvalho da Silva) uma moção de apoio irrestrito ao golpe. A Congregação também ordenou a coleta de nomes de docentes que tinham participado da assembléia contra o golpe (vide acima). Esses foram submetidos mais tarde (mas antes da conclusão do IPM na FMUSP) à Adhemar de Barros para nos demitir da FMUSP. Aparentemente o meu nome não constava inicialmente, mas foi adicionado posteriormente a pedido do Professor Carlos Uchôa Junqueira. A Congregação, com as exceções já mencionadas, e o Diretor são também os responsáveis principais pelo clima de perseguição e opressão instaurado na FMUSP em 1964. É muito provável- não posso afirmar com certeza- que um grupo significativo de catedráticos seguia passivamente a liderança dos direitistas mais radicais na Congregação e também que alguns catedráticos votavam nas medidas de repressão com medo de que se não o fizessem iriam também ser reprimidos.

Inicialmente o exército não queria se imiscuir nas questões internas da faculdade mas vendo a oportunidade de reprimir elementos de esquerda usou da disputa interna da FMUSP para os propósitos da ditadura. Todavia, a iniciativa da repressão coube a direção da FMUSP, não ao Exército. Foi como se a direção da FMUSP tivesse chamado o exército para dentro de sua casa. Quando o Coronel Ênio Pinheiro foi me interrogar no navio-prisão "Raul Soares" ele me afirmou textualmente que nunca tinha presenciado tantas indignidade por parte dos nossos acusadores em seus depoimentos. Isso não o impediu, todavia, de usar esses depoimentos no seu relatório final em que pede a nossa condenação. As acusações eram de tal ordem absurdas que o próprio promotor do processo na 2ª Auditoria de Guerra pediu a absolvição dos acusados, inclusive da minha pessoa.

Em 1964 eu fui alvo de muitas acusações e indignidades por parte da direção e de alguns catedráticos da FMUSP, ações que muito contribuíram para a minha longa prisão e por fim me obrigaram a sair do país. Mencione aqui três dessas ações para ilustrar a falta de dignidade e ética e mesmo a crueldade dos nossos acusadores<sup>14</sup>. Em uma delas o Catedrático de Histologia da FMUSP, Luis Carlos Uchôa Junqueira, já falecido, se apossou ilegalmente de uma carta que escrevi para o meu mentor Michel Rabinovitch e entregou para os IPMs do exército a parte da carta que mostra minha posição de ativista de esquerda. A outra parte que criticava a sua atuação acadêmica ele a escondeu e foi a razão pela qual ele me demitiu do Departamento de Histologia em fins de 1962. Até o juiz da 2ª Auditoria de Guerra, José Tinoco, recusou-se a aceitar a meia carta no inquérito já que ela tinha sido roubada pelo catedrático. Em uma outra ação, a direção da FMUSP perpetrou um ato de pura vingança e crueldade ao tentar expulsar a minha filha de 1,5 anos de idade da creche



do Hospital das Clínicas , um ato que causou grande repulsa na imprensa paulistana e mesmo no Coronel Alvim que me prendeu, obrigando a direção da FMUSP a reverter o seu ato cruel . Um outro exemplo de indignidade e baixesa moral foi a do Catedrático de Psiquiatria, Pacheco e Silva, que entregou para os IPMs minhas respostas a um questionário confidencial sobre o perfil de estudantes de Medicina da FMUSP<sup>15</sup> Nesse questionário , entre outras coisas, exponho as minhas posições políticas Muitas outras ações indignas, anti-universitárias e anti-acadêmicas que me atingiram e aos meus colegas poderiam ser mencionadas . As três descritas acima ilustram bem o caráter dos nossos acusadores na FMUSP. Elas são bem documentadas nos diversos inquéritos a que fui submetido e são descritas em mais detalhe no artigo que escrevi para a Revista da USP<sup>2</sup>

## **Conclusões**

Em resumo eu fui um entre os muitos docentes atingidos pelas ações da direção e do poder na FMUSP, que aproveitando-se da instalação da ditadura em 1964 expurgou da Faculdade os oponentes da reforma universitária na FMUSP e na USP. Nos inícios da ditadura em 1964 as atitudes indignas do poder na FMUSP e USP também levaram a nossa prisão, expulsão do país e exílio. Mais tarde, principalmente depois do AI5 (formulado pelo Reitor da USP então Ministro da Justiça da ditadura ), resultou também em tortura brutais e assassinatos de docentes e estudantes - a progressão natural de todas as ditaduras. Deve-se dizer que a grande maioria dos docentes da FMUSP e da USP agiram com grande dignidade e em muitos casos coragem durante o período ditatorial. A esses docentes eu deixo aqui os meus profundos agradecimentos.

De certa forma a direção e a Congregação da FMUSP se redimiou dessa sua triste história, reincorporando os expulsos em 1964 como Professores Eméritos em 1962 (quase 50 anos depois do golpe de 1964 e mais de 20 anos depois da restauração da democracia ). Eu me orgulho desse título.

Em seus níveis de direção a USP até hoje nada fez nesse sentido. E a USP tem muito mais a se redimir do que a FMUSP. Enquanto a FMUSP se aproveitou do regime ditatorial para nos expurgar, a USP foi parte integral da própria ditadura. Até hoje persiste uma certa tendência da direção de adotar medidas altamente autoritárias e em alguns casos mesmo policiais para resolver casos de confrontação com estudantes, docentes e funcionários, ao invés de tentar o diálogo e a racionalidade. Isso é uma herança da ditadura . O exemplo mais dramático dessa tendência ocorreu recentemente durante a gestão do reitor Rodas em que a Cidade Universitária se transformou em verdadeira praça de guerra quando a Polícia Militar desalojou alguns estudantes que ocupavam a Reitoria em protesto por ações que eles consideraram arbitrárias da Polícia Militar no campus. Os estudantes foram levados para a polícia para serem processados criminalmente e em alguns casos expulsos da universidade por processo administrativo que envolviam estatutos originários do período ditatorial. Em todo esse processo o Reitor negou-se a dialogar com os estudantes. Obviamente toda universidade necessita de normas e estatutos disciplinares para evitar a anarquia. Todavia essas normas e regras devem ser baseadas em julgamentos acadêmicos e democráticos . Isso exige que os estatutos herdados do regime ditatorial sejam revisados com plena representação de estudantes, docentes e funcionários . Na minha opinião uma

função importante da Comissão da Verdade da USP é investigar quanto dos estatutos e normas disciplinares vigentes na USP hoje em dia se originaram no período ditatorial e incentivar uma normatização democrática e representativa na direção da USP.

Enquanto a USP não reconhecer publicamente para todo país o seu papel no arbítrio, na repressão, nas aposentadorias compulsórias, nas torturas e nos assassinatos durante o período ditatorial essa nódoa histórica continua a pairar sobre Universidade. A Comissão de Verdade da USP tem a importante função de tornar oficial o que já está bem documentado e exigir por parte da Congregação e da Reitoria uma declaração pública de suas responsabilidades na repressão durante a ditadura, acompanhado de um pedido de desculpas às suas vítimas e seus familiares.

## NOTAS

<sup>1</sup> ADUSP- *O Controle Ideológico Na Usp (1964-1978)*

<sup>2</sup> Maack, T. Casa de Arnaldo, Circa 1964. Revista da USP 10:121-134, 1991

<sup>3</sup> Marcos Pivetta e Neldson Marcolin, Memórias de um ano que não terminou, Pesquisa Fapesp 225: 26-31, Novembro 2014

<sup>4</sup> Entrevista dirigida por Ederson Granetto para a UNIVESP, Programa 1964: 50 Anos Depois - [www.youtube.com/watch?v=8cqK2hruK2k](http://www.youtube.com/watch?v=8cqK2hruK2k)

<sup>5</sup> Entrevista para [Revista Pesquisa Fapesp.br/2014/12/26/0-impacto-da-ditadura-na-universidade-parte-2](http://RevistaPesquisaFapesp.br/2014/12/26/0-impacto-da-ditadura-na-universidade-parte-2)

<sup>6</sup> Maack, T., R. Brentani and M. Rabinovitch. Increase in "alkaline" ribonuclease of rat kidney cortex after lysozyme and egg-white administration. Nature 186:158, 1960. Rabinovitch, M., R. Brentani, S. Ferreira, N. Fausto and T. Maack. "Alkaline" ribonuclease activity increase in rat kidney cortex and liver after trypan blue and other azo-dyes administration. J. Biophys. and Biochem. Cytol. 10:105-112, 1961.

<sup>7</sup> O episódio do confisco e desaparecimento das minhas anotações de laboratório é descrita no artigo na Revista da USP<sup>2</sup> com subtítulo "Prisão e Confisco de Livros de Protocolo"

<sup>8</sup> Maack, T. Changes in the activity of acid hydrolases during renal reabsorption of lysozyme. J. Cell Biol. 35:268-273, 1967

<sup>9</sup> Para consultas mais detalhadas sobre a minha carreira profissional veja o meu CV abreviado em apêndice a esse depoimento

<sup>10</sup> Minha bibliografia anotada e a lista completa de publicações pode ser vista no meu CV em apêndice

<sup>11</sup> Curiosamente em resposta ao meu artigo na Revista da USP o Prof. Junqueira disse que me demitiu do Departamento de Histologia em 1962 porque eu não tinha publicado nenhum artigo nos 7 anos que trabalhei na Histologia -em seis desses sete anos eu era estudante de medicina- e não um membro do departamento, e publicamos dois artigos nesse meu tempo de estudante <sup>6</sup>

<sup>12</sup> A minha demissão do Departamento de Histologia e minha aceitação no Departamento de Fisiologia são descritas em detalhe no meu artigo na Revista da USP<sup>2</sup>

<sup>13</sup> Com pequenas modificações essa parte do meu depoimento foi copiada do meu artigo na Revista da USP <sup>2</sup>

<sup>14</sup> Descrevi detalhes dessas e outras ações dos nossos acusadores da FMUSP no meu artigo na Revista da USP <sup>2</sup>

<sup>15</sup> Prof. Pacheco e Silva publicou mais tarde em um livro os resultados dos estudos baseados nesse questionário mas omitindo nesse caso o nome dos participantes

